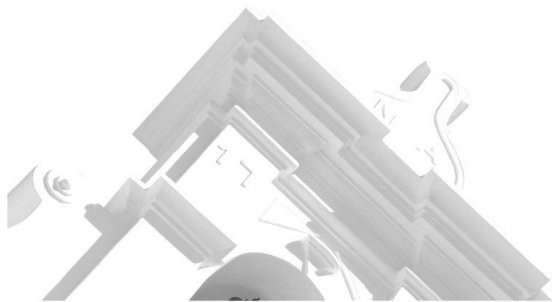




RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2018

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
3.	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO.....	8
4.	ANÁLISE AO BALANÇO	9
5.	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	13
6.	INDICADORES DE GESTÃO	16
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	17
7.1.	PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	17
7.1.1.	Entidades incluídas no perímetro de consolidação	17
7.1.2.	Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação	17
7.2.	INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA.....	17
7.3.	PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:	17
7.4.	ENDIVIDAMENTO	18
7.5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:.....	22
7.5.1.	Critérios de valorimetria	22
7.6.	INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS.....	22
7.6.1.	Ativo imobilizado consolidado	22
7.6.2.	Remunerações do órgão executivo.....	24
7.6.3.	Demonstração consolidada dos resultados financeiros.....	25
7.6.4.	Demonstração consolidada dos resultados extraordinários.....	25
7.7.	INFORMAÇÕES DIVERSAS	26
8.	CONCLUSÃO.....	27
9.	ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO	28
10.	ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
11.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	31
12.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	32

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organigrama do grupo público municipal	6
Gráfico 2 – Distribuição do ativo	10
Gráfico 3 – Distribuição do passivo	11
Gráfico 4 – Distribuição dos fundos próprios.....	11
Gráfico 5 – Distribuição dos custos e perdas	14
Gráfico 6 – Distribuição dos proveitos e ganhos.....	14
Gráfico 7 – Distribuição da dívida a instituições de crédito	20
Gráfico 8 – Variação da dívida consolidada – 2017/2018.....	21
Gráfico 9 – Distribuição do ativo bruto	23

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido	9
Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida	13
Quadro 3 – Indicadores de gestão	16
Quadro 4 – Ajustamentos	18
Quadro 5 – Financiamentos obtidos	19
Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo	20
Quadro 7 – Variação da dívida consolidada	21
Quadro 8 – Critérios de valorimetria	22
Quadro 9 – Ativo bruto consolidado	23
Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas.....	24
Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo.....	24
Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados	25
Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados	25

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o regime financeiro das autarquias locais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gestão das políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, estabeleceu os princípios orientadores da consolidação de contas, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o Município de Tavira passou a ser abrangido pela consolidação de contas com as empresas municipais, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei.

Neste sentido, o Município de Tavira elaborou, para o exercício de 2018, a consolidação de contas do grupo público municipal, tendo por base a portaria referida e as instruções do SATAPOCAL.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais, o grupo autárquico é composto pelo Município e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Sendo a condição de controlo aferida pelas seguintes condições:

- De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento internos e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
- De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

É ainda obrigatório realizar a consolidação com as empresas locais que integrem o sector local, como é o caso das duas empresas municipais do Município.

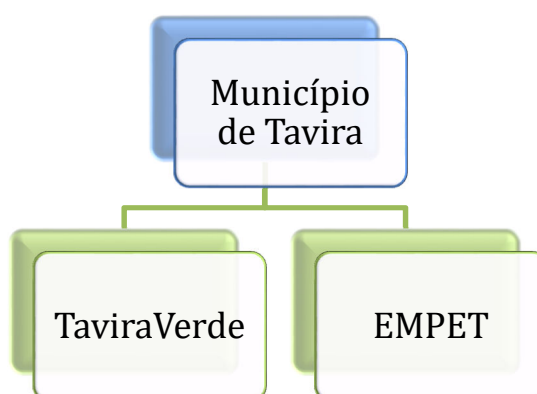


Gráfico 1 - Organograma do grupo público municipal

Neste sentido o grupo público municipal engloba o Município de Tavira e duas empresas municipais, conforme ilustrado através do gráfico 1: a TaviraVerde, Empresa Municipal de Ambiente EM, tem como objetivo a gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção, construção e gestão de espaços verdes, cobrança de taxas, tarifas, coimas e outras prestações de serviços conexos com a respetiva atividade e atendimento comercial aos utentes dos respetivos serviços na área do concelho de Tavira; e a EMPET – Parques Empresarias de Tavira, em Liquidação, EM, cujo objeto consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento de atividades económicas no concelho de Tavira, bem como a

aquisição, a alienação, a oneração e a locação dos parques empresariais nele situado.

Por não preencherem os requisitos, descritos no referido artigo, foram excluídas da consolidação as seguintes entidades:

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;
- Águas do Algarve, SA;
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.
- ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo, CPRL

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Tavira foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração das demonstrações financeiras (balanço, demonstração de resultados e outros elementos financeiros) da entidade consolidante com os respetivos elementos e demonstrações financeiras das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, que se designam por “*Interesses Minoritários*”.

Neste método, são eliminados do ativo, passivo e capitais próprios todas os montantes que sejam recíprocos entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas, nomeadamente:

- Créditos e dívidas entre as entidades incluídas na consolidação;
- Ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas entre as mesmas entidades

Em resumo, o método de consolidação integral procura representar as demonstrações financeiras do grupo, como se de uma integração física se tratasse.

4. ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço consolidado representa a situação patrimonial do grupo à data de encerramento do exercício no ano 2018, e é composto por dois membros: o ativo e os capitais próprios com o passivo que totaliza €257.408.936, conforme se pode verificar no quadro n.º 1.

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido

				Unidade: Euros
ATIVO	AB	2018	AL	2017
		AP		AL
Imobilizado	365.146.030	139.385.745	225.760.285	232.230.984
Bens de domínio público	200.479.916	98.091.886	102.388.030	111.670.608
Imobilizações incorpóreas	858.778	36.450	822.328	808.349
Imobilizações corpóreas	154.104.569	40.533.030	113.571.539	109.623.618
Investimentos Financeiros	9.702.767	724.379	8.978.388	10.128.408
Circulante	32.216.704	568.053	31.648.651	29.657.904
Existências	1.501.395	0	1.501.395	1.925.548
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	7.902	7.902	0	7.902
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.328.650	560.151	1.768.499	2.197.972
Depósitos em instituições financeiras e caixa	19.423.723	0	19.423.723	16.182.546
Acréscimos e diferimentos	8.955.033		8.955.033	9.343.936
Total de Amortizações		138.812.540		
Total de Provisões		1.141.259		
TOTAL DO ATIVO	397.362.734	139.953.798	257.408.936	261.888.888
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			2018	2017
			AL	AL
Fundos próprios			210.736.453	213.410.176
Património			211.809.911	203.846.523
Reservas			10.837.817	10.875.204
Resultado transitados			-5.040.940	1.846.102
Resultado líquido do exercício consolidado			-8.777.457	-5.129.132
Resultado afeto a interesses minoritários			416.048	307.718
Interesses minoritários			1.491.074	1.663.761
Passivo			46.672.483	48.478.712
Provisões			5.582.648	4.742.284
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			13.461.464	18.983.538
Dívidas a terceiros - Curto prazo			10.494.079	7.559.435
Acréscimos e diferimentos			17.134.292	17.193.454
TOTAL CP + PASSIVO			257.408.936	261.888.888

O ativo é um recurso controlado pelo grupo público municipal que resulta de acontecimentos passados e

dos quais se espera benefícios económicos futuros, sendo composto pelo imobilizado, com uma representação de 88%, e pelo ativo circulante, com 12%. O gráfico n.º 2 é ilustrativo da distribuição do ativo, onde se destaca claramente as “Imobilizações corpóreas” com €113.571.539, e os “Bens de domínio público”, com €102.388.030, que representam 44% e 40% do ativo do grupo, respetivamente.



Gráfico 2 – Distribuição do ativo

Observamos ainda, que o ativo sofreu uma redução de 2017 para 2018, no montante de €4.479.952 (1,71%), que resulta quer da diminuição do valor contabilístico do imobilizado decorrente da normal depreciação/amortização do ano, quer da alienação de imobilizado.

O passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação do qual se espera que resulte uma saída de recursos da entidade incorporando benefícios económicos. O passivo do grupo é de apenas, €46.672.483, sendo os acréscimos e diferimentos (como por exemplo: proveitos de financiamentos comunitários que apenas são reconhecidos na medida em que esse investimento é amortizado) os mais representativos com €17.134.292, seguida pelas dívidas de médio e longo prazo com €13.461.464, conforme revela o gráfico n.º 3.

No que concerne ao capital próprio, que corresponde ao que sobra do ativo depois de deduzido o passivo do grupo. Ou seja, representa o “interesse residual” dos titulares da entidade nos seus ativos. O que significa que o capital próprio não representa efetivamente o valor que ficaria para os titulares se

vendessem todo o património da entidade, mas apenas o que lhes restaria se os ativos fossem realizados pelos valores nele expressos e os passivos liquidados pelos montantes nele evidenciados.

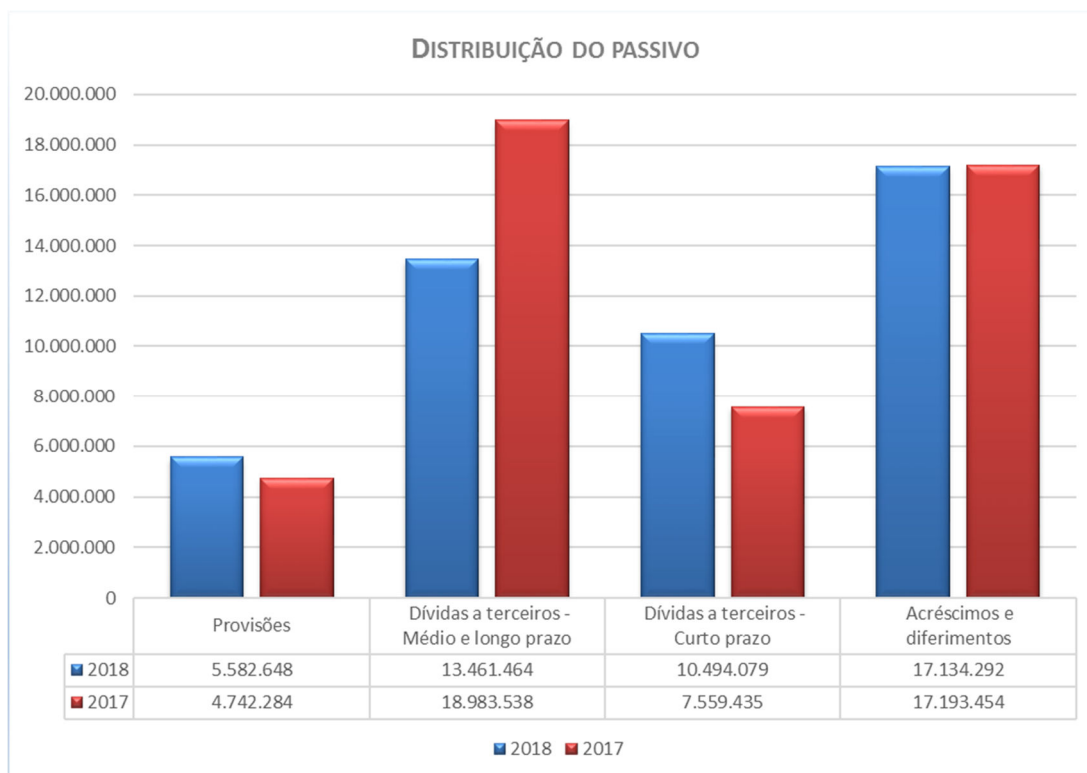


Gráfico 3 – Distribuição do passivo



Gráfico 4 – Distribuição dos fundos próprios

O capital próprio ou fundos próprios do grupo são significativos, representando 82% do ativo. No gráfico

n.º 4 verifica-se que o principal destaque dos fundos próprios é o património.

5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados, tem como objetivo aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a estimar a capacidade do grupo público municipal em gerar fluxos de caixa.

Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida

Unidade: Euros		
DESIGNAÇÃO	2018	2017
Custos e Perdas		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.780.280	1.820.346
Fornecimentos e serviços externos	9.579.328	9.321.693
Custos com o pessoal:	13.017.774	12.036.708
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.474.817	2.465.314
Amortizações do exercício	12.269.890	11.625.417
Provisões do exercício	1.106.866	3.289.191
Outros custos e perdas operacionais	20.865	152.740
Custos e perdas financeiras	995.977	483.207
Custos e perdas extraordinárias	6.684.726	957.055
	47.930.522	42.151.670
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-9.193.505	-5.436.849
Interesses minoritários	416.048	307.718
Resultado líquido do exercício consolidado	-8.777.457	-5.129.132
TOTAL	39.153.065	37.022.539
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	10.779.322	11.122.622
Impostos e taxas	17.668.109	15.485.894
Variação da produção	-368.000	-807.000
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Proveitos suplementares	0	0
Transferências e subsídios obtidos	7.509.020	7.562.970
Outros proveitos e ganhos operacionais	32.727	0
Proveitos e ganhos financeiros	2.192.237	2.170.829
Proveitos e ganhos extraordinários	1.339.649	1.487.224
TOTAL	39.153.065	37.022.539
Resultados Operacionais	-4.628.641	-7.346.922
Resultados financeiros	1.196.260	1.687.621
Resultados correntes	-3.432.380	-5.659.301
Resultado líquido antes de impostos	-8.777.457	-5.129.132
Resultado líquido antes de interesses Minoritários	-9.193.505	-5.436.849
Resultado afeto a interesses minoritários	416.048	307.718
Resultado líquido ao exercício consolidado	-8.777.457	-5.129.132

Apreciada a demonstração de resultados consolidada resumida (quadro 2), verificamos que o grupo teve um resultado líquido negativo de €8.777.457, o que significa que os proveitos e ganhos (€39.153.065) não

foram suficientes para cobrir os custos e perdas do ano que este ano ascenderam a €47.930.522.

Comparativamente ao ano anterior verificou-se, um agravamento do resultado líquido consolidado em €3.648.325, dado que no corrente ano registou-se um aumento significativo nos custos e perdas extraordinários do grupo, por força das diversas regularizações que ocorreram no imobilizado do Município de Tavira.

Em relação aos custos e perdas, constata-se que os “*Custos com o pessoal*” e as “*Amortizações do exercício*” são as que tem maior peso, representando 27% e 26% dos proveitos e ganhos, respetivamente, seguidas de perto pelo “*Fornecimento e serviços externos*” com 20%, conforme demonstra o gráfico n.º 5.

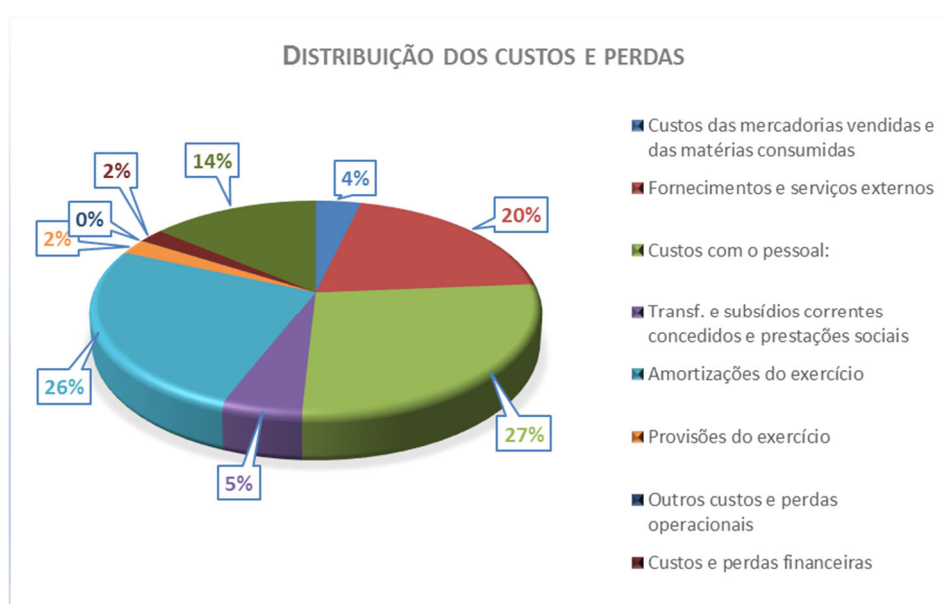


Gráfico 5 – Distribuição dos custos e perdas

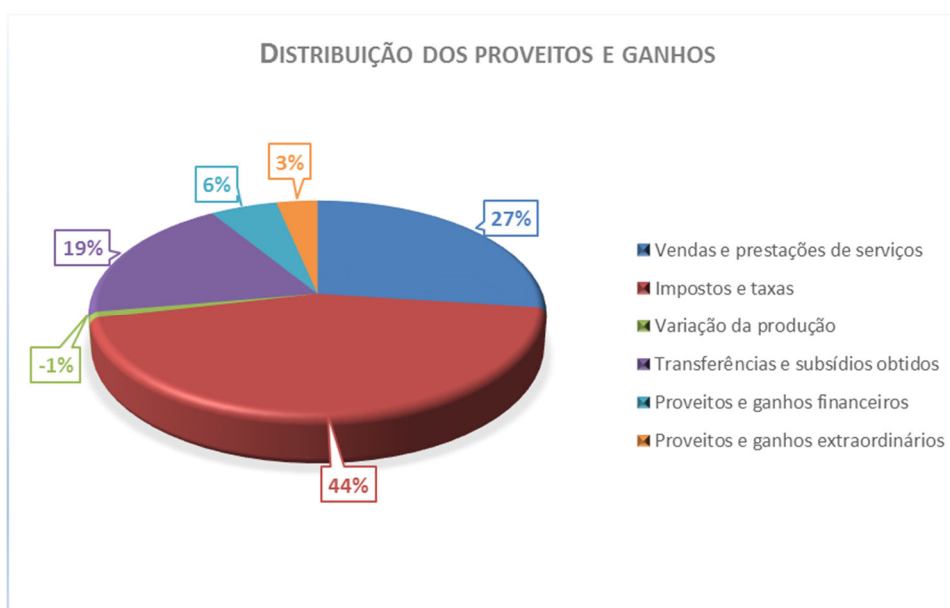


Gráfico 6 – Distribuição dos proveitos e ganhos

O gráfico n.º 6 ilustra a distribuição dos proveitos e ganhos, onde se destacam os “*Impostos e taxas*” com 44%, seguido das “*Vendas e prestações de serviços*” com 27%, e das “*Transferências e subsídios obtidos*” com 19%.

De realçar que os resultados financeiros foram positivos com €1.196.260.

6. INDICADORES DE GESTÃO

No quadro 3, foram apurados alguns indicadores de gestão, com os quais podemos concluir que a estrutura do ativo demonstra que o imobilizado (ativo fixo) é o mais representativo do ativo, conforme já tinha sido referido anteriormente, e a estrutura do passivo revela que o passivo de longo prazo corresponde a 29% do passivo total, enquanto o de curto prazo representa 22%.

No que concerne aos índices de liquidez, as disponibilidades cobrem a totalidade da dívida de curto prazo, e o ativo circulante 216% desta. O que revela que em caso de “insolvência” as disponibilidades e dívidas a receber cobririam todas as dívidas de curto prazo, e ainda “sobrava” dinheiro para as de médio/longo.

Em termos de solvabilidade, verificamos que quer o fundo patrimonial quer o ativo do grupo público municipal cobrem largamente o passivo. No entanto, é preciso ter em consideração que o ativo integra bens não hipotecáveis ou alienáveis, como é o caso, dos bens de domínio público, no montante de €102.388.030.

Em termos gerais, não se verificaram alterações relevantes dos indicadores de gestão comparativamente ao ano anterior.

Quadro 3 – Indicadores de gestão

INDICADORES	2018	2017
Estrutura do activo		
Ativo fixo/Ativo total	88%	89%
Ativo circulante/Ativo total	12%	11%
Ativo fixo/Ativo circulante	713%	783%
Acréscimos e Difer./Ativo total	3%	4%
Estrutura do passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	29%	39%
Passivo curto prazo/Passivo total	22%	16%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	128%	251%
Acréscimos e Difer./Passivo total	37%	35%
Análise do passivo exigível		
Dívida curto prazo/Ativo fixo liq.	5%	3%
Dívida MLP/Ativo fixo liq.	6%	8%
Índices de liquidez		
Disponibilidades/Exigível CP	185%	214%
Ativo circulante/Exigível CP	216%	269%
Solvabilidade		
Fundo patrimonial/Passivo	448%	437%
Ativo/Passivo	552%	540%

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

7.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Município de Tavira, com sede na Praça da Republica – 8800 Tavira
- TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente EM, sede na Rua 25 de abril n.º 1, r/c esq., 8800 Tavira;
- EMPET – Parques Empresarias de Tavira, em Liquidação, EM, sede na Rua da Liberdade, n.º 1, 8800-399 Tavira.

7.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.
- Águas do Algarve S.A.
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.
- ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo, CPRL

7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas de consolidação adequadas, pelo que estas revelam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

7.3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados:

- todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes;
- os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente;
- e, o capital social que a autarquia detém das empresas locais.

Posteriormente foram apurados os “interesses minoritários” e as “diferenças de consolidação”, conforme se encontra demonstrado no lançamento n.º 14 do quadro 4.

Quadro 4 – Ajustamentos

Unidade: Euros					
N.º DE LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO	DÉBITO		CRÉDITO	
		CONTA	VALOR	CONTA	VALOR
EMPET vs Município de Tavira					
1	Anulação de prestações suplementares	253	57.362	2647	57.362
2	Anulação do Capital Próprio do MT	51	478.846	41	478.846
TaviraVerde vs Município de Tavira					
3	Anulação da faturação de água	71	104.443		
		72	153.288		
				62	257.732
4	Anulação da faturação do contrato de manutenção dos espaços verdes	751	1.305.546	638	1.305.546
5	Anulação da faturação do contrato de limpeza das praias	751	297.800	638	297.800
6	Anulação da faturação de assistência técnica	7841	208.263	62	208.263
7	Anulação de prestações suplementares (cedência de imobilizado)	532	246.103	2647	246.103
8	Anulação da faturação de colocação de contadores de água	721	1.031	62	1.031
9	Anulação da dívida	228	26.779	21	26.779
10	Anulação do capital próprio do MT	51	25.500	41	25.500
11	Anulação da renda das lojas	7249	6.790	681	6.790
12	Anulação de dívida - rendas das lojas	221	453	2123	453
13	Anulação de licenças	722	288	62	288
Município de Tavira					
14	Eliminação dos restantes CP das EM:				
	Anulação do CP remanescente das EM	51	44.452		
	Anulação das reservas das EM	571	73.372		
	Anulação das reservas das EM	572	1.026.118		
	Anulação dos subsídios das EM	575	3.799.397		
	Anulação dos resultados transitados das EM	59	-125.298		
	Lançamento de Interesses Minoritários nas EM			IM	1.907.122
	Lançamento das diferenças de consolidação			59	2.910.919

7.4. ENDIVIDAMENTO

O endividamento de médio e longo prazo corresponde à dívida que o grupo público municipal tem perante instituições financeiras, e que resultaram de financiamentos contraídos para realizar de diversos investimentos.

No quadro 5, encontram-se discriminados os financiamentos obtidos que constam do Balanço consolidado, e que totalizam €16.889.198. Deste montante, a dívida do Município de Tavira representa 47% do total da dívida do grupo público municipal, seguidos dos 40% da TaviraVerde e dos 13% da EMPET, conforme demonstrado no gráfico n.º 7.

Quadro 5 – Financiamentos obtidos

Unidade: Euros

ENTIDADE	N.º DE EMPRÉSTIMO	DATA CONTRATAÇÃO	PRAZO DO CONTRATO	VALOR CONTRATADO	DÍVIDA A 31/DEZ/2017	DÍVIDA A 31/DEZ/2018
Município de Tavira				26.912.152	9.354.266	7.953.982
INH	1992.11.0008.2	05-08-1992	26	834.160	60.886	0
INH	1993.11.0003.2	28-07-1993	26	701.524	102.671	61.743
BPI	6102232830001	15-09-1999	20	1.995.192	266.026	133.013
CGD	0807 000617 9 91	20-12-2000	25	2.971.774	987.496	864.237
CGD	0807 000611 9 91	20-12-2000	25	1.010.333	330.698	289.420
CGD	0807 000621 7 91	20-12-2000	20	3.499.861	602.801	402.225
CCA	56019065843	22-10-2001	20	1.496.394	389.961	292.471
CGD	9015 002711 6 91/9015 002712 4 91	23-11-2001	25	3.293.413	1.314.200	1.168.726
CCA	56021965671	23-05-2002	20	423.997	140.719	112.759
CCA	56023055494	23-09-2002	20	826.837	304.300	244.201
CGD	9015 003267 5 91	08-10-2002	15	85.996	1.352	0
CGD	9015 003303 5 91	22-10-2002	25	1.045.763	454.441	409.589
CGD	9015 003258 6 91	08-10-2002	20	262.237	84.811	68.178
BPI	6102232830004/7	28-11-2002	25	2.800.000	1.419.958	1.292.918
BES	2540 4411 2108	21-05-2003	20	706.555	221.994	184.995
CGD	9140 013363 0 91	22-07-2004	20	765.296	316.327	271.403
CGD	9015 004105 4 91	30-12-2004	25	45.051	23.726	21.836
CGD	9015 005169 6 91	14-12-2006	25	90.777	57.125	53.185
CGD	9015 006431 3 91	29-06-2005	20	3.962.667	2.209.580	2.033.266
IFDR	QREN - Igreja das ondas	25-02-2013	8	94.326	65.194	49.819
TaviraVerde				9.198.857	7.244.029	6.759.464
	Locação financeira	---	---	---	6.370	0
CCA	---	13-07-2009	20	200.000	128.803	118.136
BP	---	25-05-2016	10	1.500.000	1.283.857	0
BCP	---	17/10/2016	10	4.000.000	4.000.000	3.923.485
NB	---	09-02-2017	10	1.000.000	1.000.000	1.000.000
					825.000	0
Totta	---	---	---	1.283.857	0	1.142.843
BIC	---	---	---	1.215.000	0	575.000
EMPET				6.455.000	3.210.243	2.175.752
---	Locação financeira	---	---	---	238.707	221.968
CCA	56048281921	24-03-2010	---	4.600.000	2.150.908	1.328.726
BP	4440013982	22-03-2012	6	105.000	0	27
CCA	58025331232	27-10-2011		1.750.000	820.629	625.031
TOTAL				85.132.019	19.808.539	16.889.198

Nos financiamentos obtidos não existe qualquer relação recíproca entre as entidades consolidantes, sendo todos os montantes discriminados no referido quadro dívidas a instituições bancárias.

No quadro 6, é possível perceber que as dívidas de curto prazo do grupo público municipal consolidado são de €10.436.717, sendo a TaviraVerde a entidade com maior peso neste âmbito, com uma representação de 49% seguido pela EMPET com 43% e o Município de Tavira com apenas 8%, o que revela que as empresas

loais em conjunto têm um peso demasiado elevado na dívida de curto prazo do grupo, ou seja 92%. No entanto, é de realçar que grande parte dessa dívida se refere a créditos bancários, no montante de €3.427.735, que representam 33% da dívida total do grupo.



Gráfico 7 – Distribuição da dívida a instituições de crédito

No quadro 7, verifica-se que a dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 9,96% face ao ano anterior, cerca de 2,6 milhões de euros, por força da redução de 8,15% da dívida de médio e longo prazo (€1.195.093), e de 12% da dívida de curto prazo (€1.449.700).

Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo

Unidade: Euros

DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO				ELIMINAÇÃO DE CRÉD./DIV. RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO
	MUNICÍPIO	TAVIRAVERDE	EMPET	TOTAL		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Adiantamentos por conta de vendas	0	0	664.485	664.485	0	664.485
Dívidas a instituições de crédito	0	1.251.983	2.233.114	3.485.097	57.362	3.427.735
Fornecedores, c/c	27.643	1.247.554	1.430.980	2.706.177	453	2.705.724
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	208.906	0	0	208.906	26.779	182.128
Credores pela execução do orçamento	0	0	0	0	0	0
Cientes e utentes c/ cauções	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado, c/c	231.940	644.808	0	876.749	0	876.749
Fonecedores imobilizado - Fat. em conferência	172.371	0	0	172.371	0	172.371
Estado e outros entes públicos	0	120.694	0	120.694	0	120.694
Administração autárquica	77.277	0	0	77.277	0	77.277
Outros credores	209.220	1.891.167	166.530	2.266.918	0	2.209.556
TOTAL	927.358	5.156.206	4.495.108	10.578.673	84.594	10.436.717

Para além da redução significativa dos financiamentos obtidos, destaca-se ainda a diminuição registada, em

termos absolutos, nos “Fornecedores – Fat. em conferência” (€286.909), por contrapartida do aumento dos “Outros credores” (€398.554), e dos “Fornecedores de imob. c/c” (€151.766).

Quadro 7 – Variação da dívida consolidada

Unidade: Euros

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	2018	2017	VARIAÇÃO 2017-2018	
			€	%
Curto prazo	10.436.717	11.886.417	-1.449.700	-12%
Adiantamentos por conta de vendas	664.485	713.196	-48.711	-6,83%
Financiamentos obtidos curto prz	3.427.735	5.151.982	-1.724.247	-33,47%
Fornecedores c/c	2.705.724	2.749.626	-43.902	-1,60%
Fornecedores - Fat. em conferência	182.128	469.036	-286.909	-61,17%
Credores pela execução do orçamento	0	0	0	---
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	---
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	---
Fornecedores de imob. c/c	876.749	724.983	151.766	20,93%
Fornecedores imob. - Fat. em conferência	172.371	137.017	35.354	25,80%
Estado e outros entes públicos	120.694	129.575	-8.881	-6,85%
Administração autárquica	77.277	0	77.277	---
Outros credores	2.209.556	1.811.001	398.554	22,01%
Médio e longo prazo	13.461.464	14.656.557	-1.195.093	-8,15%
Locação financeira	221.968	245.076	-23.109	-9,43%
Financiamentos obtidos m/l prz	13.239.496	14.411.481	-1.171.985	-8,13%
TOTAL	23.898.181	26.542.974	-2.644.793	-9,96%

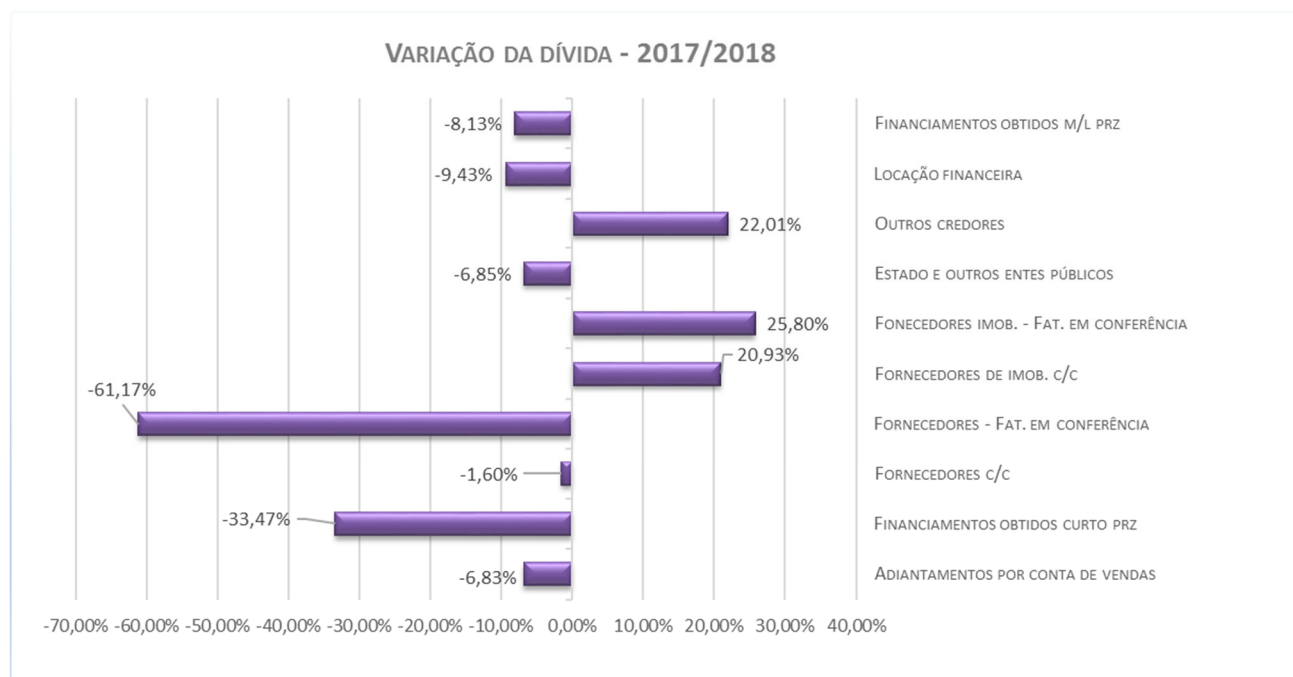


Gráfico 8 – Variação da dívida consolidada – 2017/2018

O gráfico 8, revela as variações da dívida consolidada em termos percentuais, onde se verifica que apenas 3

grupos de credores aumentaram, com os “Fornecedores de imob. – Fat. em conferência” a registarem a maior subida, com um crescimento de 25,80%, seguidos dos “Outros credores” com 22,01% e dos “Fornecedores de imob. c/c” com 20,93%. Em sentido contrário, destaca-se a descida dos “Fornecedores – Fat. em conferência” com 61,71%, seguida dos “Financiamentos obtidos de curto prazo” com 33,47%, o que significa que no corrente ano houve uma redução no volume de faturação corrente no final de ano.

7.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

7.5.1. Critérios de valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados pelas entidades do grupo são as constantes no quadro 8.

Quadro 8 – Critérios de valorimetria

	Município de Tavira	TaviraVerde	EMPET
Imobilizado	Custo de aquisição	Custo de aquisição	Custo de aquisição
Mercadorias	---	Custo de produção	Custo de produção
Amortizações	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

7.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS

7.6.1. Ativo imobilizado consolidado

No que diz respeito às rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e às respetivas amortizações, ajustamentos e provisões, verifica-se no quadro 9, que o imobilizado bruto teve um crescimento de €11.332.822 passando para €365.146.030, o que significa um acréscimo de 3,20%. Sendo os bens de domínio público e as imobilizações corpóreas as principais causas desse aumento.

O gráfico 9, ilustra a distribuição do ativo bruto do grupo, revelando o peso significativo dos bens de domínio público com 55% e do imobilizado corpóreo com 42%.

De referir que, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de cerca de 3,2 milhões de euros (3,5 milhões de euros em 2017), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

No quadro 10, estão espelhadas as amortizações/provisões acumuladas do grupo municipal, que totalizam no ano de 2018 os €139.385.720. As amortizações acumuladas dos bens de domínio público são as que têm

o maior peso, representado mais de metade destas com €98.091.886 (70%) seguidas das imobilizações corpóreas com €40.533.004 (29%).

Quadro 9 – Ativo bruto consolidado

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVLIAÇÃO/ AJUST.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES/ TRANSF.	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	195.791.083	-775.986	1.289.917	0	4.174.902	200.479.916
Terrenos e recursos naturais	46.691.872	29.936	0	0	0	46.721.808
Edifícios	45.000	0	0	0	0	45.000
Outras construções e infra-estruturas	127.437.444	301.887	39.707	0	10.770.914	138.549.951
Imobilizações em curso	21.616.767	-1.107.808	1.250.211	0	-6.596.012	15.163.157
De Imobilizações incorpóreas	844.799	0	13.979	0	0	858.778
Despesas de investigação e desenvolvimento	200.078	0	0	0	0	200.078
Propriedade industrial e outros direitos	36.450	0	0	0	0	36.450
Imobilizações em curso	608.271	0	13.979	0	0	622.250
De Imobilizações corpóreas	146.818.115	7.526.532	4.064.483	101.509	-4.406.071	154.104.568
Terrenos e recursos naturais	24.057.391	3.703.454	0	0	0	27.760.844
Edifícios e outras construções	70.150.161	4.006.546	468.614	0	6.985.146	81.610.466
Equipamento básico	10.023.864	0	550.149	0	47.499	10.621.512
Equipamento de transporte	3.059.562	0	311.450	0	0	3.371.013
Ferramentas e utensílios	40.016	0	0	0	0	40.016
Equipamento administrativo	4.454.796	0	144.970	101.509	-247.491	4.453.783
Outras imobilizações corpóreas	3.058.057	0	255.699	0	615.337	3.929.094
Imobilizações em curso	31.337.028	-183.467	2.333.601	0	-11.806.561	21.680.601
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	637.240	0	0	0	0	637.240
De Investimentos Financeiros	10.359.210	-442.458	5.129	-217.754	-1.361	9.702.767
Partes de capital	3.007.410	0	0	0	0	3.007.410
Obrigações e títulos de participação	1.258.314	-442.458	5.129	0	-1.361	819.624
Terrenos e recursos naturais	5.725.362	0	0	-217.754	0	5.507.608
Edifícios e outras construções	244.510	0	0	0	0	244.510
Imobilizações em curso	123.615	0	0	0	0	123.615
TOTAL	353.813.207	6.308.088	5.373.508	-116.245	-232.529	365.146.030



Gráfico 9 – Distribuição do ativo bruto

Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	84.120.474	9.665.832	-4.305.580	98.091.886
Terrenos e recursos naturais	45.000	0	0	45.000
Edifícios	84.075.474	9.665.832	-4.305.580	98.046.886
De Imobilizações incorpóreas	36.450	0	0	36.450
Propriedade industrial e outros direitos	36.450	0	0	36.450
De Imobilizações corpóreas	37.194.497	2.571.818	-766.689	40.533.004
Terrenos e recursos naturais				0
Edifícios e outras construções	20.079.910	1.691.199	-793.079	22.564.187
Equipamento básico	8.360.903	361.304	-17.351	8.739.558
Equipamento de transporte	2.213.545	138.370	0	2.351.915
Ferramentas e utensílios	39.852	164	0	40.016
Equipamento administrativo	3.900.771	217.033	243.000	3.874.804
Outras imobilizações corpóreas	2.599.516	163.749	-199.259	2.962.523
De Investimentos em imóveis	145.323	5.851	0	151.174
Terrenos e recursos naturais	118.170	0	0	118.170
Edifícios	27.153	5.851	0	33.004
De Investimentos Financeiros	74.157	499.048	0	573.205
Partes de capital	74.157	499.048	0	573.205
TOTAL	121.570.902	12.742.549	-5.072.268	139.385.720

7.6.2. Remunerações do órgão executivo

As remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, são as constantes no quadro 11.

Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo

Unidade: Euros

NOME	ÓRGÃO EXECUTIVO MUN TVR		CONSELHO ADMINISTRAÇÃO TAVIRAVERDE		CONSELHO ADMINISTRAÇÃO DA EMPET	
	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA
Jorge Manuel do Nascimento Botelho	Presidente	32.879				
Ana Paula Fernandes Martins	Vereadora	25.594				
José Manuel Madeira Guerreiro	Vereador	26.822				
João Pedro da Conceição Rodrigues	Vereador	25.261				
Cristina Elvira Freitas Justo Martins	Vereadora	26.949				
Elsa Maria Simas Cordeiro	Vereadora	---				
Rui Manuel Mestra Domingos	Vereador	---				
José Fernandes Esteves	Vereador	---				
Jorge Humberto Martins Corvo	Vereador	---				

7.6.3. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

No quadro 12, é apresentada a demonstração consolidada dos resultados financeiros do grupo público municipal que revela um resultado financeiro positivo no montante de €1.196.260, motivado pelos elevados rendimentos de imóveis ocorridos.

Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados

		Unidade: Euros	
CÓD. CONTAS	RÚBRICAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
Custos e perdas		2.192.237	2.170.827
681	Juros suportados	436.496	468.616
684	Provisões para aplicações financeiras	499.048	0
688	Outros custos e perdas financeiros	60.433	14.590
Resultados Financeiros		1.196.260	1.687.621
Proveitos e ganhos		2.192.237	2.170.827
781	Juros obtidos	24.337	20.036
783	Rendimentos de imóveis	2.131.203	2.006.190
784	Rendimentos de participações de capital	36.697	144.601

7.6.4. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados

Unidade: Euros

CÓD. CONTAS	RÚBRICAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
Custos e perdas		1.339.649	1.487.225
691	Transferências de capital concedidas	1.071.586	10.245
693	Perdas em existências	854	2.207
694	Perdas em imobilizações	32.458	630.030
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	5.441.879	165.490
698	Outros custos e perdas extraordinárias	137.950	149.084
Resultados Extraordinários		-5.345.078	530.169
Proveitos e ganhos		1.339.649	1.487.225
793	Ganhos em existências	8.809	1.714
794	Ganhos em imobilizações	7.241	156.171
795	Benefícios de penalidades contratuais	242.303	59.474
796	Reduções de amortizações e de provisões	6.647	0
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	199.803	214.097
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	874.848	1.055.768

Em relação à demonstração consolidada dos resultados extraordinários, verifica-se um resultado negativo de €5.345.078, em virtude do aumento significativo dos custos e perdas extraordinários, nomeadamente,

nas correções relativas a anos anteriores, que se prenderam com a regularização de imobilizado efetuada no corrente ano, por parte do Município de Tavira, que resultou da transferência de imobilizado em curso para o imobilizado da autarquia de diversas empreitadas, o que deu origem ao lançamento de amortizações extraordinárias referentes a anos anteriores.

7.7. INFORMAÇÕES DIVERSAS

As entidades integrantes do perímetro de consolidação aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, pelo que foi assegurado a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

A dissolução da EMPET – Parques Empresarias de Tavira, em Liquidação, EM, por força do disposto na alínea a) do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017, bem como a internalização da atividade ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento das atividades económicas no concelho de Tavira, e de acordo com o plano de internalização. Não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação, porque não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que estes podem ser significativamente abaixo dos valores contabilísticos não tendo sido constituída qualquer provisão para esse efeito.

8. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do grupo público municipal que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que, em termos gerais:

- O grupo público municipal é composto por três entidades: Município de Tavira, TaviraVerde e EMPET;
- O Ativo do grupo é de €257.408.936;
- O resultado líquido do exercício é negativo no montante de €8.777.457;
- A dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 9,96%, face ao ano anterior, e totaliza €23.898.181, sendo €10.436.717 referente a dívida de curto prazo;
- O resultado financeiro foi positivo em €1.196.260;
- O resultado extraordinário é negativo no montante de €5.345.078.

Paços do Concelho, 30 de maio de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

9. ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO

Grupo Público Municipal				Ano	2018
				Unidade: Euros	
Código das contas	Ativo	AB	2018 AP	AL	2017 AL
Imobilizado					
Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais	46.721.808	0	46.721.808	46.691.872
452	Edifícios	45.000	45.000	0	0
453	Outras construções e infra-estruturas	138.549.951	98.046.886	40.503.065	43.361.969
445	Imobilizações em curso	15.163.157	0	15.163.157	21.616.767
		200.479.916	98.091.886	102.388.030	111.670.608
Imobilizações incorpóreas					
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	200.078	0	200.078	200.078
433	Propriedade industrial e outros direitos	36.450	36.450	0	0
443	Imobilizações em curso	622.250	0	622.250	608.271
		858.778	36.450	822.328	808.349
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	27.760.845	25	27.760.820	24.057.392
422	Edifícios e outras construções	81.610.466	22.564.187	59.046.279	50.070.251
423	Equipamento básico	10.621.512	8.739.559	1.881.953	1.662.962
424	Equipamento de transporte	3.371.012	2.348.520	1.022.493	846.017
425	Ferramentas e utensílios	40.016	40.016	0	164
426	Equipamento administrativo	4.453.783	3.874.602	579.181	554.024
429	Outras imobilizações corpóreas	3.929.093	2.966.121	962.972	458.541
442	Imobilizações em curso	21.680.601	0	21.680.601	31.337.028
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	637.240	0	637.240	637.240
		154.104.569	40.533.030	113.571.539	109.623.618
Investimentos Financeiros					
411	Partes de capital	3.007.410	573.205	2.434.204	2.933.252
412	Obrigações e títulos de participação	819.624	0	819.624	1.258.314
414	Investimentos em imóveis	5.752.119	151.174	5.600.945	5.813.227
441	Imobilizações em curso	123.615	0	123.615	123.615
		9.702.767	724.379	8.978.388	10.128.408
Circulante					
Existências					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	584.402	0	584.402	580.630
35	Produtos e trabalhos em curso	606.260	0	606.260	666.185
33	Produtos acabados e intermédios	310.373	0	310.373	678.373
32	Mercadorias	360	0	360	360
		1.501.395	0	1.501.395	1.925.548
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)					
282	Empréstimos concedidos	7.902	7.902	0	7.902
		7.902	7.902	0	7.902
Dívidas de terceiros - Curto prazo					
211	Clientes	621.680	0	621.680	529.364
212	Contribuintes, c/c	61.285	0	61.285	60.827
213	Utentes, c/c	128.101	0	128.101	131.059
214	Devedores de operações de tesouraria	8	0	8	8
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	301.551	301.551	0	0
229	Adiantamentos a fornecedores	20	0	20	59
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0	0	0	39
24	Estado e outros entes públicos	91.443	0	91.443	252.886
262+263+268	Outros devedores	1.124.563	258.600	865.963	1.223.731
		2.328.650	560.151	1.768.499	2.197.972
Depósitos em instituições financeiras e caixa					
12	Depósitos em instituições financeiras	19.418.793	0	19.418.793	16.178.608
11	Caixa	4.931	0	4.931	3.939
		19.423.723	0	19.423.724	16.182.546
Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos	8.570.074	0	8.570.074	8.535.322
272	Custos diferidos	384.959	0	384.959	808.614
		8.955.033	0	8.955.033	9.343.936
Total de Amortizações		138.812.540			
Total de Provisões		1.141.259			
Total do Ativo		397.362.734	139.953.798	257.408.936	261.888.888

Código das contas	Fundos Próprios e Passivo	2018 AL	2017 AL
	Fundos próprios		
51	Património	211.809.911	203.846.523
	Reservas		
571	Reservas legais	2.729.471	3.168.958
576	Doações	8.108.346	7.706.246
59	Resultado transitados	-5.040.940	1.846.102
88	Resultado líquido do exercício consolidado	-8.777.457	-5.129.132
	Resultado afeto a interesses minoritários	416.048	307.718
	Total dos Fundos Próprios	209.245.379	211.746.415
	Interesses minoritários	1.491.074	1.663.761
	Passivo		
291	Provisões	5.582.648	4.742.284
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	5.582.648	4.742.284
2312	Dívidas a instituições de crédito	13.461.464	15.481.557
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	13.461.464	15.481.557
269	Adiantamentos por conta de vendas	664.485	713.196
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.427.735	4.326.982
221	Fornecedores, c/c	2.705.724	2.749.626
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	182.128	469.036
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	876.749	724.983
24	Estado e outros entes públicos	120.694	129.575
264	Administração autárquica	77.277	0
262+263+268	Outros credores	2.266.918	1.811.001
2618	Fornecedores imobilizado - Fat. em conferência	172.371	137.017
	Acréscimos e diferimentos	10.494.079	11.061.417
273	Acréscimos de custos	3.199.434	3.268.578
274	Proveitos diferidos	13.934.859	13.924.877
	Total do Passivo	17.134.292	17.193.454
	Total	46.672.483	48.478.712
	Total	257.408.936	261.888.888

10. ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Grupo Público Municipal		Ano 2018	
		Unidade: Euros	
DESIGNAÇÃO		2018	2017
Custos e Perdas			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	1.136.350	1.780.280	1.820.346
Matérias	643.930		
Fornecimentos e serviços externos	9.579.328	22.597.102	21.358.400
Custos com o pessoal:			
Remunerações	10.129.178		
Encargos sociais	2.888.596		
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.474.817	2.474.817	2.465.314
Amortizações do exercício	12.269.890	13.376.756	14.914.608
Provisões do exercício	1.106.866		
Outros custos e perdas operacionais	20.865	20.865	152.740
(A) -----		40.249.819	40.711.408
Custos e perdas financeiras	995.977	995.977	483.207
(C) -----		41.245.796	41.194.616
Custos e perdas extraordinárias	6.684.726	6.684.726	957.055
(E) -----		47.930.522	42.151.670
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-9.193.505		-5.436.849
Interesses minoritários	416.048		307.718
Resultado líquido do grupo municipal		-8.777.457	-5.129.132
		39.153.065	37.022.539
Proveitos e Ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
Vendas de mercadorias	2.342.846	10.779.322	11.122.622
Vendas de produtos	370.124		
Prestações de serviços	8.066.352		
Impostos e taxas	17.668.109	24.841.856	22.241.864
Variação da produção	-368.000		
Transferências e subsídios obtidos	7.509.020		
Outros proveitos e ganhos operacionais	32.727		
(B) -----		35.621.178	33.364.486
Proveitos e ganhos financeiros	2.192.237	2.192.237	2.170.829
(D) -----		37.813.416	35.535.315
Proveitos e ganhos extraordinários	1.339.649	1.339.649	1.487.224
(F) -----		39.153.065	37.022.539
Resumo:			
Resultados Operacionais (B-A)		-4.628.641	-7.346.922
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		1.196.260	1.687.621
Resultados correntes (D-C)		-3.432.380	-5.659.301
Resultado líquido antes de impostos (F-E)		-8.777.457	-5.129.132
Resultado líquido antes de interesses Minoritários		-9.193.505	-5.436.849
Resultado afeto a interesses minoritários		416.048	307.718
Resultado líquido ao exercício consolidado		-8.777.457	-5.129.132

11. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em conformidade com a alínea c) do n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei. n.º 51/2018 de 16 de agosto, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, faz parte integrante da prestação de contas consolidadas. No entanto, a contabilidade das empresas municipais é realizada de acordo com o SNC e não utilizam um orçamento semelhante ao usado pela autarquia, que tem de aplicar o POCAL, em que o mapa de fluxos de caixa é apurado de acordo com a execução do orçamento municipal (elaborado de acordo com um classificador económico e não patrimonial como nas empresas locais). Pelo que não é possível dar cumprimento à elaboração da demonstração de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, razão pela qual este não tem sido elaborado nos anos anteriores.

Foi solicitado esclarecimento junto da DGAL quanto à forma de dar cumprimento a este mapa, mas até à presente data ainda não foi recebida qualquer resposta.

Assim, apenas é possível efetuar um mapa resumo com o somatório dos recebimentos e pagamentos conforme se apresenta a seguir, onde se verifica que as disponibilidades do grupo municipal cresceram cerca de 3,3 milhões de euros.

RÚBRICAS	Unidade: Euros	
	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
1. Recebimentos	43.489.180	42.204.033
2. Pagamentos	40.317.380	40.741.789
3. Variação de caixa e seus equivalentes (1-2)	3.171.800	1.462.244
4. Caixa e equivalentes no início do período	16.110.308	14.648.064
5. Caixa e equivalentes no final do período (3+4)	19.282.108	16.110.308
6. Valores de operações de tesouraria - Município	141.615	72.238
Caixa e equivalentes constantes no balanço (5+6)	19.423.723	16.182.546

12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de MUNICÍPIO DE TAVIRA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 257.408.936 euros e um total de fundos próprios de 209.245.379 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.777.457 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras constantes no ponto 7 do relatório de gestão que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no primeiro parágrafo e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos restantes parágrafos da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) no montante de 15.163.157 e 19.936.903, incluem na sua grande maioria obras já concluídas e ainda situações de reparações em bens que ainda não foram objeto de avaliação. De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.

Conforme referido na Certificação Legal das Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa municipal Empet, E.M., Lda, foi interposta contra a empresa uma ação administrativa movido pelo consórcio adjudicatário da empreitada de execução de infra-estruturas do loteamento urbano no parque de exposições e feiras de Tavira, desconhece-se o desfecho do processo, bem como os eventuais custos significativos para a empresa, não passíveis de quantificação atualmente.

Conforme referido no ponto 11 do relatório de gestão o Município não preparou o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, de apresentação obrigatória segundo o nº 4 da Portaria nº 474/2010 de 1 de julho, razão pela qual não damos opinião sobre a referida demonstração financeira.

Conforme referido no ponto 7.7 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. De acordo com a Certificação Legal de Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa, não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação.

ÊNFASE

Conforme referido no ponto 7.6.1 do Anexo, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de cerca de 3.200.000 euros (3.500.000 euros em 2017), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro do Grupo de acordo com de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

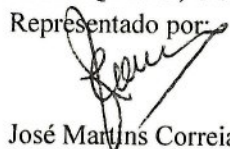
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 30 de maio de 2019

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:



José Martins Correia - ROC